



O Sistema de Monitorização do «Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial» e o seu contributo para a salvaguarda do azulejo de fachada.

Beatriz Hierro Lopes e Ana Rita Pinho Souto; Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A.; Rua Mouzinho da Silveira, nº 208 a 214. 4050-417 - PORTO;
sru.beatrizlopes@cm-porto-pt, rpinhosouto@gmail.com

RESUMO

Em 2008, no âmbito da elaboração do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial (CHPPM), o Banco de Materiais da Câmara Municipal do Porto, actualmente sob a tutela do Pelouro do Conhecimento e Coesão Social, disponibilizou, à equipa responsável pela realização do Plano de Gestão, o levantamento de elementos cerâmicos existentes na área classificada. Decorrente da elaboração do Manual de Monitorização, entre 2009 e 2010, foram delineados indicadores (gerais e específicos), instrumentos com os quais é possível medir e avaliar a evolução dos programas e projectos que, respectivamente, compõem o Plano de Acção. Ainda em 2010, procedeu-se à actualização do levantamento sobre o estado de conservação, ocupação e funcionalidade dos edifícios classificados, e recolheu-se informação estatística proveniente das diferentes direcções camarárias, para posterior tratamento e interpretação, dando origem ao primeiro Relatório de Monitorização.

Neste quadro, e após a elaboração do segundo Relatório de Monitorização, que incide sobre o levantamento de 2011, considerámos ser indispensável actualizar a informação que nos fora disponibilizada em 2008 pelo Banco de Materiais, realizando um levantamento específico às fachadas azulejadas na área classificada como Património Mundial. Tal levantamento permitiu analisar o estado de conservação, bem como documentar as características dos azulejos, procurando-se, sempre que possível, determinar a proveniência dos mesmos. Neste artigo, apresentamos os principais resultados dessa recolha, retratando o estado actual das fachadas azulejadas no CHPPM.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Histórico, Porto, Património Mundial, Azulejaria, Monitorização.

1. Introdução

A presente comunicação insere-se na necessidade sentida pelo Gabinete de Monitorização do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial (CHPPM) em expandir e aprofundar as suas áreas de estudo, nomeadamente no plano do estado de conservação dos edifícios do sítio classificado. Desde 2008 que é realizado, anualmente, um levantamento fotográfico a todos os edifícios do Sítio, de maneira a avaliar o seu estado de conservação, ocupação e funcionalidade. Essa informação é posteriormente introduzida numa base de dados em excel, prosseguindo-se com o tratamento da informação, apresentada graficamente, através do programa GeoPorto (serviço disponibilizado pela Câmara Municipal do Porto para tratamento dos procedimentos administrativos, um meio eletrónico privilegiado em matéria de disponibilização e consulta de informação geográfica sectorial ou de cartografia temática). Terminada esta etapa, são recolhidos dados que nos são fornecidos por diversas entidades, respondendo aos indicadores que foram delineados no Manual de Monitorização (Porto Vivo, SRU, 2010). Até ao momento, foram



elaborados dois relatórios de monitorização anuais que permitiram avaliar o estado do Sítio (Porto Vivo, SRU, 2011; Porto Vivo, SRU, 2012).

Conscientes das limitações que a mera análise do exterior dos edifícios nos traduz, consideramos que a mesma não é, porém, infecunda, na medida em que nos fornece importantes informações sobre as principais tendências observadas no CHPPM. Assim, a ficha de levantamento utilizada pelo Gabinete de Monitorização inclui um campo destinado à sinalização de azulejos, caso estes existam nas fachadas. Apesar de importante tal informação era, por si só, insuficiente. O dado daí extraído referia-se apenas à prevalência ou desaparecimento de fachadas azulejadas sem, portanto, aludir ao estado de degradação dos conjuntos azulejares.

Prosseguindo com o nosso intento – o de monitorizar cada vez mais atentamente os elementos arquitectónicos e decorativos identitários da fachada portuense, sejam elementos cerâmicos, cantarias, madeiras, ferros, ou outros –, o Gabinete de Monitorização construiu uma base de dados em que se encontram listados, por morada, todos os edifícios assinalados pelo levantamento camarário. Contudo, faltava-nos fazer corresponder os números de polícia de cada edifício ao código de identificação do mesmo, assim como ao código do bairro e operação a que pertence. A necessidade de uma cifra identificativa de natureza alfanumérica constitui uma das principais bases para uma monitorização georreferenciada, como é a do CHPPM, permitindo-nos cruzar dados anteriormente adquiridos, com dados recolhidos recentemente.

Procedendo a um levantamento fotográfico, *in loco*, podemos aferir sobre o volume de fachadas totalmente revestidas com réplicas de azulejos e sobre o número de fachadas azulejadas que, existindo em 2008, já não possuem qualquer elemento azulejar. O presente trabalho procura ainda identificar os principais danos dos painéis de azulejos (falta de azulejos, azulejos trocados, perda de coesão das argamassas de assentamento, empolamento do painel, preenchimento de juntas com argamassas de cimento, preenchimento de vazios causados pela ausência de azulejos com argamassa de cimento e assentamento deficiente), bem como identificar os principais danos nos mesmos. De seguida, analisou-se singularmente os azulejos, nomeadamente, quanto aos defeitos de fabrico, lacunas, fracturas e fissuras, manchas e depósitos superficiais, existência de manchas de óxidos metálicos, eflorescências, desenvolvimento de microrganismos, lacunas no vidro, destacamento do vidro e casos de escamação e pulverulência. O seu nível de degradação foi avaliado segundo os parâmetros previamente estabelecidos (I Muito Ligeiro, II Ligeiro, III Moderado, IV Severo e V Muito Severo). Por último, procuramos identificar as fábricas de cerâmicas de onde são oriundos.

2. A Monitorização no Centro Histórico do Porto Património Mundial

A Monitorização do CHPPM tem por objectivo medir a evolução e o impacto do Plano de Acção, delineado no Plano de Gestão, constituído por dois eixos transversais: Eixo I | Protecção, Preservação e Valorização do Património Edificado; e Eixo II | Envolvimento da População, o Plano de Acção. Identificam-se ainda três áreas temáticas, potenciadoras do desenvolvimento socioeconómico e cultural do Sítio, sendo elas: Eixo III | Turismo; Eixo IV | Indústrias Criativas, e por último, Eixo V | Rio Douro (Câmara Municipal do Porto e Porto Vivo, SRU, 2010). Tendo sido o primeiro Plano de Gestão elaborado para um centro histórico português, é de salientar não só o carácter pioneiro desta tarefa, como também a dimensão da área sobre a qual a mesma incide. Com cerca de cinquenta hectares, mil setecentos e setenta e três edifícios, organizados em oitenta e três bairros, o Centro Histórico do Porto, destaca-se, desde logo, pela sua extensão; razão pela qual, ao ser diagnosticado o seu estado de conservação, em 2008, na preparação para a redacção do



Plano de Gestão, foi considerado necessário ordenar os seus quarteirões em operações que reunissem áreas com realidades idênticas ou equivalentes.

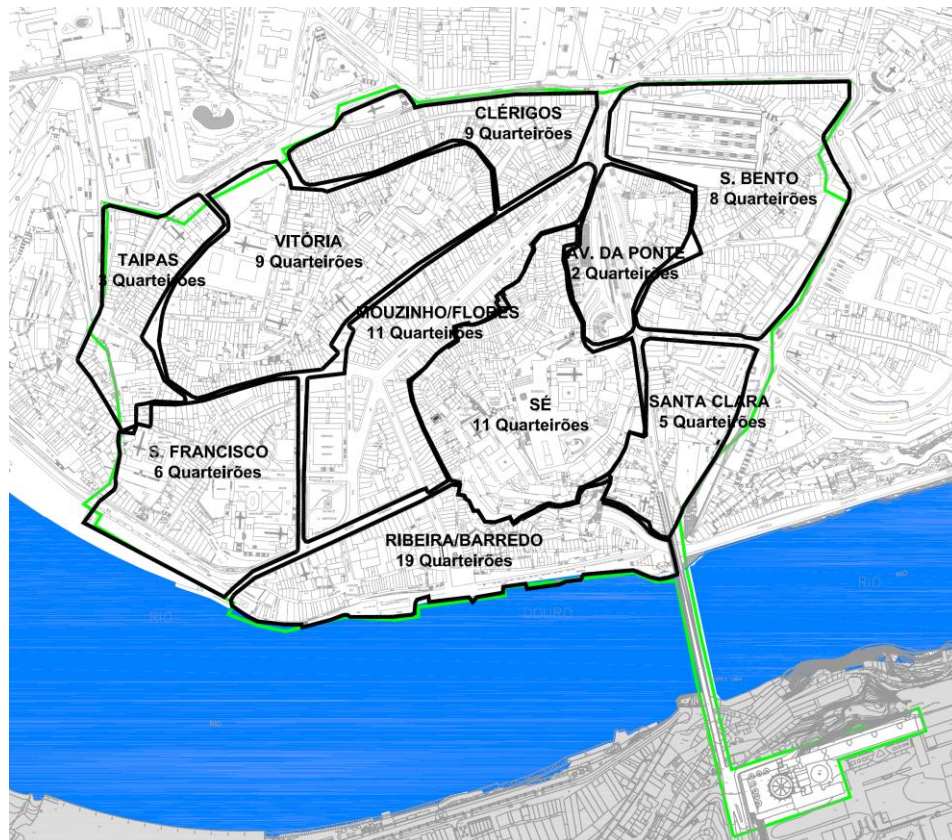


Figura 1: Delimitação do Centro Histórico do Porto Património Mundial e a sua organização nas dez operações de reabilitação definidas no Plano de Gestão.

Das dez operações de reabilitação, apenas a da Ribeira-Barredo e Sé foram já alvo de uma intervenção mais profunda, entre os anos de 1974 - 2003, pelo Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB) e pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), tendo sido efetuadas intervenções pontuais nas restantes operações (Câmara Municipal do Porto e Porto Vivo, SRU, 2010; Porto Vivo, SRU, 2005).

A partir de 2004, e com a criação da Porto Vivo, SRU, foram desenvolvidos diversos programas de reabilitação, que incluem, entre outros, o “Programa de Reabilitação Urbana do Morro da Sé_CH.1”, no âmbito da operação Sé, tendo por objectivo a reabilitação do espaço público e a criação de uma unidade hoteleira, uma residência de estudantes, bem como a ampliação e a requalificação de um Lar de Terceira Idade. Ainda no âmbito da operação da Sé, encontra-se em desenvolvimento um Programa de Realojamentos que prevê a reabilitação de 29 edifícios e a criação de cerca de 70 fogos para arrendamento. Por seu lado, o “Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores_CH.2”, integrado nas operações de Mouzinho/Flores, Clérigos e Vitória, encontra-se também em curso, tendo como principal acção física a requalificação do Espaço Público, entre os Lóios e o Infante. É de referir também as intervenções realizadas nos quarteirões do



Corpo da Guarda, Trindade Coelho e, mais recentemente, no quarteirão das Cardosas, que estão inseridas em unidades de intervenção da Porto Vivo, SRU com Documentos Estratégicos aprovados.

No contexto dos trabalhos, podemos afirmar que apenas cerca de 30% do CHPPM foi alvo de vistorias por parte da Porto Vivo, SRU, e respectivo planeamento, do qual resultaram documentos estratégicos publicados. O restante casco urbano é apenas conhecido ao nível do visionamento da fachada, o que tem constituído uma das principais limitações para uma monitorização mais eficaz. Contudo, é com base no levantamento de fachadas que foi possível desenvolver o presente trabalho.

3. Metodologia

Primeiramente, foi criada uma base de dados em excel com os campos já referidos no texto introdutório, tendo-se procedido, seguidamente, ao levantamento fotográfico de todas as fachadas azulejadas do CHPPM, durante os meses de Maio e Junho de 2012. Este registo fotográfico foi organizado em ficheiro, no qual se criaram dez pastas correspondentes às dez operações de reabilitação (Figura 1), sendo que no seu total continham sessenta e sete quarteirões, agrupando nestes seiscentos e quarenta edifícios, que correspondem ao total de fachadas azulejadas deste Sítio.

Seguidamente procedeu-se ao registo das informações na base de dados excel, criando mil quinhentos e vinte e um registos. Esta base de dados é apoiada pelo levantamento fotográfico, atrás referido, e que permitiu a criação de um acervo com mais de três mil fotografias.

Uma vez finalizada esta base de dados, procedeu-se ao tratamento e análise estatística da informação obtida.

4. Resultados do Levantamento de Fachadas Azulejadas

Decorrente do levantamento de fachadas azulejadas, averiguámos a presença de fachadas já inventariadas em 2008, assim como de outras que não constavam da informação recolhida pela Câmara Municipal do Porto. Este facto deve-se a dois fatores essenciais: primeiramente, a obras de reabilitação que empregaram réplicas de azulejos oitocentistas nas suas fachadas; em segundo lugar, pelo facto de termos optado pela contabilização de fachadas azulejadas nas quais já só restavam alguns azulejos. Consequentemente, salientamos que, desde 2008, mais de duas dezenas de fachadas azulejadas desapareceram, ficando-nos apenas o registo fotográfico efectuado há quatro anos atrás. As razões que podemos apontar para esse desaparecimento prendem-se, por um lado, com a execução de obras de reabilitação que contemplaram apenas a fachada e limitaram-se à remoção total dos azulejos, (podendo, ou não, tais fachadas vir a ser revestidas novamente, por originais, ou até por réplicas, como salientámos anteriormente); e, por outro lado, por virtude do avançado grau de degradação dos azulejos e/ou a sua precária fixação, o que colocava em risco a segurança pública, pelo que acabaram por ser removidos.

De facto, constata-se a reduzida expressão dos casos em que os azulejos originais são restaurados e conservados. Poucos são os casos em que se recorre a réplicas unicamente como forma de preenchimento dos vazios deixados, isto na eventualidade de não existência de exemplares que possam ser cedidos pelo Banco de Materiais. Na maior parte dos casos em que as obras de reabilitação contemplavam a manutenção de fachadas azulejadas, recorreu-se à substituição dos materiais antigos por elementos novos.

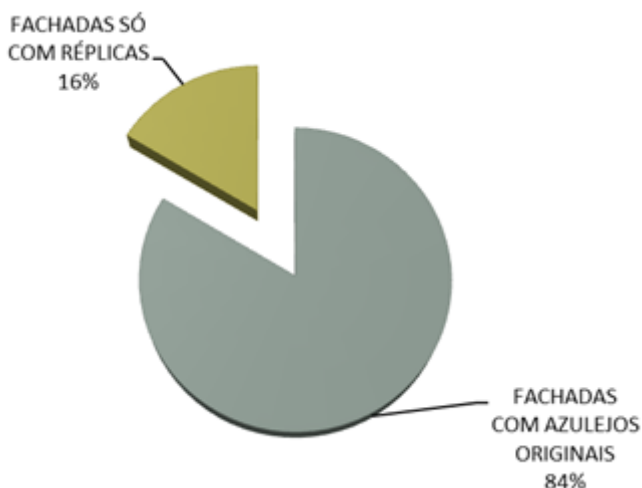


Gráfico 1: Proporção (%) de fachadas totalmente revestidas com réplicas de azulejos.

O inventário das fachadas azulejadas do CHPPM permitiu-nos cruzar a informação sobre o estado de degradação dos azulejos com a informação sobre o estado de conservação e ocupação do edificado classificado, conforme os dados do último relatório de monitorização, referente a 2011. No gráfico 2, é possível analisar o estado de degradação dos azulejos, sendo que foram retirados desta representação os dados referentes aos edifícios reabilitados e revestidos unicamente com réplicas.

■ I_MUITO_LIGEIRO ■ II_LIGEIRO ■ III_MODERADO ■ IV_SEVERO ■ V_MUITO_SEVERO

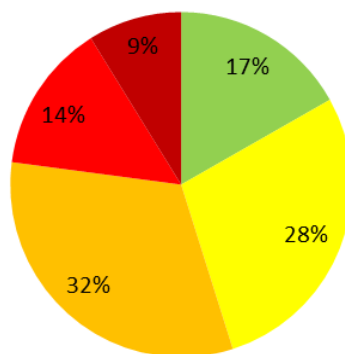


Gráfico 2: Nível de degradação dos azulejos nas fachadas azulejadas do CHPPM (%).

Cerca de 55% dos azulejos de fachada encontram-se entre o estado moderado (nível III), a precisar de intervenção atenta, e os estados mais severos (níveis IV e V), em que o perigo de desaparecimento e inerente perda patrimonial são já uma realidade. Cruzando esta informação com os dados de monitorização referentes a 2011, chegamos aos gráficos 3 e 4, que nos indicam a distribuição dos azulejos segundo o seu estado de degradação, no conjunto de edifícios avaliados segundo o seu estado de conservação e ocupação, respectivamente.

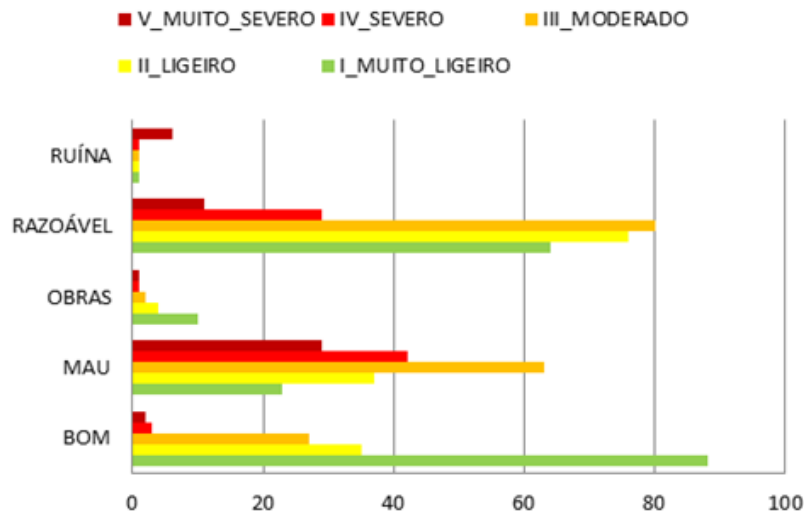


Gráfico 3: Relação entre o nível de degradação dos azulejos e o estado de conservação dos edifícios (N.º).

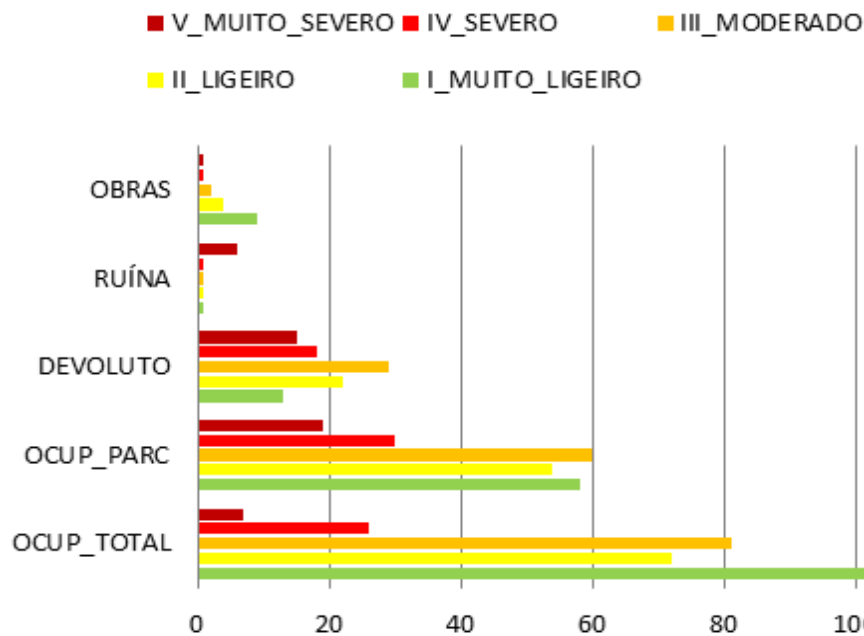


Gráfico 4: Relação entre o nível de degradação dos azulejos e o estado de ocupação dos edifícios (N.º).

É notória a maior presença de azulejos em estados de degradação severo e muito severo (níveis IV e V) nos edifícios devolutos, parcialmente ocupados ou em mau estado de conservação. Contudo, não é de descurar o facto de alguns destes azulejos com elevado grau de degradação se encontrarem em edifícios considerados anteriormente como estando em razoável estado de conservação, o que nos leva a questionar a reavaliação do referido estado de conservação. Se, na maioria dos edifícios cujo nível de intervenção esperado é mediano, constatamos um valor muito expressivo de azulejos com o nível V, IV e III de severidade de degradação, este resultado alerta-nos para a natureza da intervenção, a qual, muito provavelmente, incidirá sobre painéis de azulejos com danos gravesos.



Para melhor compreendermos as tipologias de danos e quais os que têm maior expressão nos edifícios do CHPPM, incluímos dois campos, referentes a danos nos revestimentos azulejares em geral e danos nos azulejos, por edifício. Da análise desta informação, ilustrada nos gráficos 6 e 7, a falta de azulejos nas fachadas do CHPPM representa o principal dano registado. Esta ausência é causada pelo desprendimento do suporte, sendo este originado por movimentações estruturais, bem como pela perda de função do ligante das argamassas, responsável por grandes áreas de destacamento de azulejos. A falta de azulejos poderá ainda ser causada por furtos de que a fachada tenha sido alvo, essencialmente quando ocorrem ao nível do rés-do-chão.

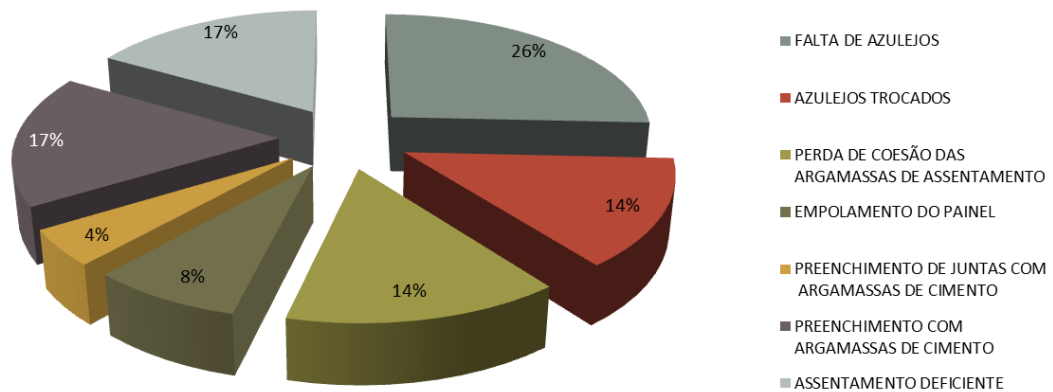


Gráfico 6: Danos nos revestimentos azulejares do CHPPM (%).

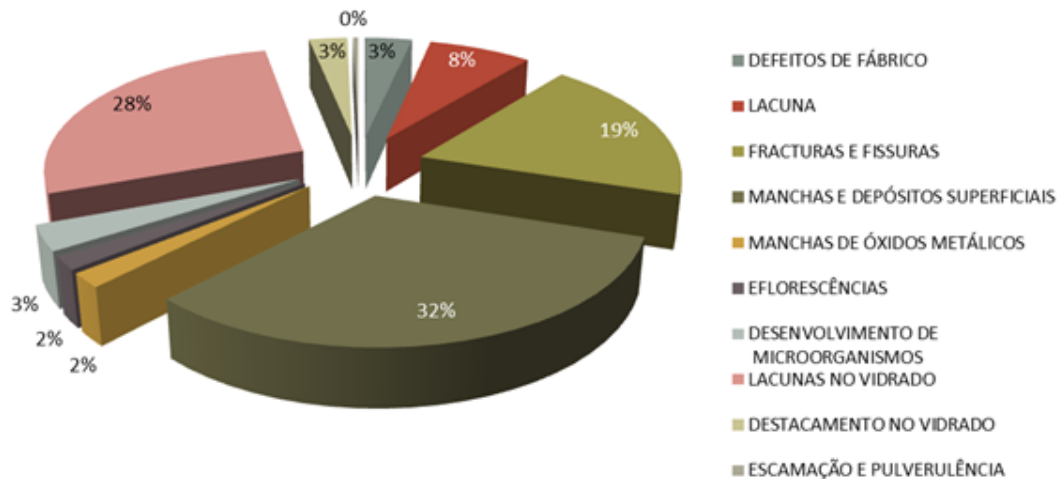


Gráfico 7: Danos dos azulejos do CHPPM (%).

Conjuntamente, as duas causas aqui assinaladas – o assentamento deficiente dos azulejos e o preenchimento com argamassas de cimento Portland nas áreas em que estes faltem – encontram-se profundamente relacionadas com o principal dano evidenciado. Ora, o assentamento deficitário causado pela má concepção e falta de rigor na colocação do azulejo impede a dilatação/retração térmica, provocada por um espaçamento insuficiente entre as juntas dos azulejos, o que poderá constituir uma das principais causas para a queda de azulejos de fachada e o seu conseqüente desaparecimento. Por sua vez, o preenchimento destes vazios com cimento Portland, é geralmente efectuado por desconhecedores da incompatibilidade deste material quando em contacto com o azulejo. Assim, utilizando um material nocivo, o cimento aumenta a concentração das tensões levando à queda e fractura dos azulejos em seu redor.



Figura 2: Painel de azulejos com falta de azulejos e preenchimento com argamassas de cimento.



Figura 3: Painel de azulejos com falta de azulejos.



Figura 4: Painel de azulejos com falta de azulejos e com assentamento deficiente.

No que diz respeito aos danos nos azulejos, como as figuras 5 e 6 reportam, encontramos como principal preocupação a existência de manchas de depósitos superficiais, causadas pela poluição atmosférica do CHPPM, bem como por respingos de produtos diversos: tintas, restos de argamassas e fezes de animais. Tais danos são motivados pela falta de limpeza no espaço público, dificultada se atendermos à dimensão das ruas pertencentes ao casco histórico.

Seguidamente, com uma percentagem de 28%, encontram-se as lacunas no vitrado, a que se seguem, em menor percentagem (19%), as fracturas e fissuras nos azulejos, de acordo com o gráfico 7. As lacunas no vitrado, identificáveis pela observação da ausência de uma parte ou da totalidade do vitrado, são resultado da falta de aderência do vitrado provocado pela porosidade da chacota que permite uma maior absorção de água, facilitando a cristalização de sais solúveis e a polinização por microrganismos. Por seu lado, as fracturas e fissuras, originadas por defeitos na preparação de argamassas e alterações mecânicas, fragilizam o azulejo, que à menor pressão começa a fissurar, servindo de prelúdio aos estados de degradação seguintes - caso não haja intervenção no azulejo - e que são as fracturas, após as quais, poderão aparecer as lacunas.



Figura 5: Azulejos com manchas e depósitos superficiais, lacunas no vidrado, fracturas e fissuras. Figura 6: Azulejos com manchas e depósitos superficiais, lacunas no vidrado, fracturas e fissuras.

Como salientámos anteriormente, ao longo do nosso levantamento procurámos identificar através do tardo e dos catálogos de padrões disponíveis, a proveniência de algumas das fachadas azulejadas, sendo estes resultados visíveis no gráfico 8. Tal tarefa rapidamente se revelou estóica, dado o facto de várias das fábricas do eixo Gaia/Porto terem imitado padrões e surgido com tardozes bastante idênticos. Contudo, sem querermos especular demasiado, calculámos através do registo fotográfico e da confrontação com informações do Banco de Materiais, bem como, a existência de marcas nos tardozes e padrões catalogados, que, à parte dos azulejos de proveniência indeterminada, a Fábrica de Cerâmica das Devesas, seguida pela Fábrica de Santo António do Vale da Piedade, foram as principais fornecedoras dos azulejos das fachadas do CHPPM. Porém, sublinhamos o facto de mais de metade destas fachadas se encontrarem sob o campo de “indeterminado”, o que, em suma, expressa a importância e urgência de uma maior e mais profunda investigação nesta área.

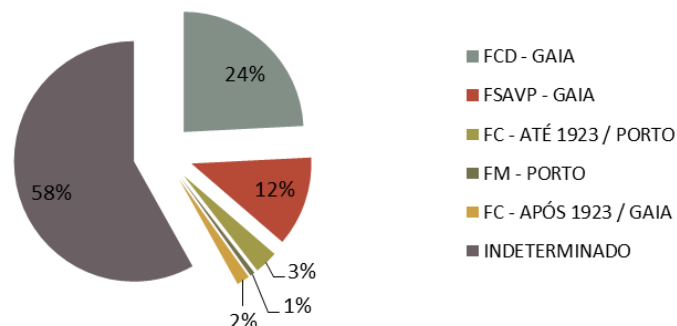


Gráfico 8: Proveniência dos Azulejos no CHPPM (%).

5. Conclusões

Consideramos a integração da problemática da salvaguarda das fachadas azulejadas do CHPPM no Sistema de Monitorização existente uma mais-valia, uma vez que nos fornece dados importantes, não só ao nível da protecção deste elemento arquitectónico na sua vertente decorativa e histórica, mas também na sua natureza prático-utilitária. O levantamento do estado de degradação do azulejo de fachada permite-nos fazer um diagnóstico complementar do real estado de conservação



do edifício. As patologias dos azulejos são, muitas vezes, resultado de movimentos estruturais ou de outros problemas que, de outra forma, nos seriam exteriormente invisíveis.

Este trabalho permitiu evidenciar que 55% das fachadas azulejadas do CHPPM se encontram num grau de degradação que revela significativas perdas patrimoniais. Trata-se de uma evidência empírica que nos leva a questionar a urgência de intervenção de conservação contínua que permita sanar este problema. Contudo, este trabalho de investigação deverá ser mais desenvolvido futuramente, dada a necessidade de aprofundar a questão da origem e das técnicas de melhor conservação do azulejo. É de salientar, neste âmbito, que a utilização do azulejo como revestimento de fachada é um dos principais símbolos de identidade nacional, com uma tradição marcante em várias cidades, servindo a título de exemplo, Lisboa, Ovar e Porto. A sua preservação e promoção, em termos de material original que reveste as nossas cidades, é um acervo de memória que este trabalho vem realçar.

O levantamento das fachadas azulejadas contribuiu, portanto, para o enriquecimento do conhecimento do estado de conservação dos edifícios classificados no CHPPM, o que se traduz numa maior sensibilização para a importância da protecção e conservação, não só deste elemento arquitectónico, como de outros que compõem a identidade do Porto Património Mundial.

6. Agradecimentos

À Dra. Ana Paula Delgado, Eng^a. Margarida Mesquita Guimarães, Dr. José Pacheco Sequeira e Prof. Dr. Francisco Queiroz, pelo seu imprescindível apoio e orientação no trabalho desenvolvido e presente comunicação. À Dra. Maria Augusta Martins, pela sua amabilidade e disponibilidade em receber-nos no Banco de Materiais da Câmara Municipal do Porto, dando-nos a conhecer a actividade desenvolvida por este serviço, mostrando-se receptiva a auxiliar-nos na progressão futura deste trabalho.

7. Referências Bibliográficas

- Câmara Municipal do Porto e Porto Vivo, SRU (Eds.). (2010). *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial*. Porto: Porto Vivo, SRU, ISBN 978-989-96862-7-4, Hardcover, 253 págs.
- Porto Vivo, SRU. (2005). *Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto: Masterplan*. Porto: Porto Vivo, SRU.
- Porto Vivo, SRU. (2010). *Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial - Manual de Monitorização*. Porto: Porto Vivo, SRU.
- Porto Vivo, SRU. (2011). *1º Relatório de Monitorização*. Porto: Porto Vivo, SRU.
- Porto Vivo, SRU. (2012). *2º Relatório de Monitorização (Versão Provisória)*. Porto: Porto Vivo, SRU.
- UNESCO. (November 16th 1972, WHC-2001/WS/2). Convention for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, adopted by the General Conference at its 17th session. (pp. PDF Format. Available at June 9th 2008 in [Portuguese Version]: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>). Paris: UNESCO.

8. Nota Adicional

As autoras que elaboraram a presente Comunicação não adoptaram o novo acordo ortográfico.